



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**RELATÓRIOS DE CORREIÇÃO - EXTRAJUDICIAL**

**RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES**

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>
Comarca/Juízo: VARA ÚNICA DE CONCÓRDIA DO PARÁ
Polo/Região Judiciária: 2ª REGIÃO – TOMÉ-AÇÚ
Magistrado(a) corrigente: LUCIO BARRETO GUERREIRO

<b>EDITAL DE CORREIÇÃO</b>
Data da publicação: 26 de janeiro de 2024
Data da abertura da correição: 28 de fevereiro de 2024
Data do encerramento da correição: 28 de fevereiro de 2024
Observações:

<b>DADOS GERAIS DA SERVENTIA</b>	
Nome oficial da serventia: CARTÓRIO OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E ANEXOS (CARTÓRIO DE NASCIMENTO CASAMENTO ÓBITO VALDETE DO CARMO)	
Código Nacional da Serventia (CNS): 068361	Código Nacional da Serventia (CNS): 068361
Endereço: Av. Marechal Deodoro da Fonseca s/n Bairro: Guadalupe, Município de Concórdia do Pará/PA	
Telefone fixo:	Telefone fixo:
e-mail: <a href="mailto:cartorio_valdetedocarmo@hotmail.com">cartorio_valdetedocarmo@hotmail.com</a>	e-mail: <a href="mailto:cartorio_valdetedocarmo@hotmail.com">cartorio_valdetedocarmo@hotmail.com</a>
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
( x ) Tabelionato de Notas ( x ) Tabelionato de Protesto ( x ) Registro de Imóveis ( x ) Registro de Títulos e Documentos	( x ) Tabelionato de Notas ( x ) Tabelionato de Protesto ( x ) Registro de Imóveis

**DADOS GERAIS DO(A) DELEGATÁRIO(A) E EVENTUAL EQUIPE**

<b>IDENTIFICAÇÃO DO(A) DELEGATÁRIO(A)</b>	
<b>Nome do(a) Responsável pelo Cartório: FRANCISCO VALDETE ROSA DO CARMO</b>	
Status do(a) responsável: ( x ) Titular ( ) Interino(a) ( ) Interventor(a)	CPF: 179.446.602-97
Endereço: Av. Marechal Deodoro da Fonseca, S/N	Ato de nomeação: 11/10/1994 Data da posse / exercício: 06 de janeiro de 1995
Telefones: (91) 99389-6166 (91) 99345-2449 (INSTITUCIONAL)	E-mail: <a href="mailto:cartorio_valdetedocarmo@hotmail.com">cartorio_valdetedocarmo@hotmail.com</a>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>IDENTIFICAÇÃO DO(A) SUBSTITUTO(A) LEGAL</b>	
<input type="checkbox"/> Não existe Substituto(a) Legal na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
Nome do(a) Substituto(a) Legal: ODETE DO SOCORRO LIMA DO CARMO	
CPF: 706.729.542-49	Portaria de designação: Nº 002/1999 em data 26/05/1999
Endereço: Av. Marechal Deodoro da Fonseca s/nº Bairro: Guadalupe, Município de Concórdia do Pará	Telefones: (91) 99183-5172 E-mail: cartorio_valdetedocarmo@hotmail.com
<b>1</b>	A designação de substituto(a) legal observou os requisitos do art.24 do Código de Normas? <input checked="" type="checkbox"/> Regular, pois de acordo com os dispositivos legais à época da nomeação. <input type="checkbox"/> Irregular. Motivo:  Observações/Providências:
<b>PREPOSTOS</b>	
<input type="checkbox"/> Não existem prepostos na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
<b>2</b>	Apresentação do Livro de Registro de Empregados devidamente preenchido? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO  Observações/Providências: O Livro apresentado está no modelo antigo e encontra-se desatualizado, devendo apresentar a atualização via contador
<b>3</b>	Existência de quadro de horário de trabalho dos prepostos com indicação das respectivas funções e das respectivas portarias de designação devidamente atualizadas? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO  Observações/Providências: As portarias são antigas e estão em vigência.
<b>4</b>	Designação dos escreventes foi feita através de Portaria do Cartório, indicando nome e função, com comunicação ao Juízo de Registros Público e à Corregedoria Geral a Justiça? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO  Observações/Providências:
<b>CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL DO CARTÓRIO</b>	
<b>5</b>	As instalações físicas são salubres e adequadas para funcionamento, dispendo de bom estado de conservação e higiene, proporcionando bom atendimento aos usuários, com conforto, proteção à saúde e segurança? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO  Observações/Providências:
<b>6</b>	O mobiliário é ergonômico, encontrando-se em bom estado de conservação? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO  Observações/Providências:
<b>7</b>	Está localizado em área sujeita à ocorrência de alagamentos, incêndio, infiltrações e umidade? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO  Observações/Providências:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>8</b>	<p>Os elementos de identificação de serviço delegado são bem apresentados, possuindo sinalização com placa fixa de identificação, em material resistente, com os seguintes dados:</p> <p>a) nome oficial do cartório e a natureza dos serviços; b) horário de funcionamento; c) número de telefone e, no caso de cartório de registro civil de pessoas naturais, número de contato telefônico fixo ou celular para plantão aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos.</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Falta constar na placa de identificação os serviços efetivamente prestados, considerando que consta apenas a referência a "Único Ofício".</p>
<b>9</b>	<p>Dispõe de licenças e alvarás para funcionamento do prédio, seja a do ente municipal, seja o expedido pelo Corpo de Bombeiros, bem como de material de segurança contra incêndios, tais como extintores?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Parcialmente. Não possui Alvará de Bombeiros, considerando que no município não possui corpo de bombeiros instalado. Possui um único extintor, sendo necessário incrementar com pelo menos mais um.</p>
<b>10</b>	<p>As acomodações da serventia propiciam segurança ao arquivamento de livros e documentos?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: O arquivo encontra-se em uma sala aos fundos da serventia, com chave.</p>
<b>11</b>	<p>Oferece acessibilidade às pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>12</b>	<p>O espaço destinado ao atendimento é adequado, dispendo de cadeiras, bebedouro, balcão preferencial e climatização?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: As preferências são observadas através do critério de observância dos colaboradores.</p>
<b>13</b>	<p>As instalações elétricas e hidráulicas do cartório estão em perfeito estado de funcionamento e boa conservação?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>14</b>	<p>Há boa conectividade com a rede mundial de computadores (internet); equipamentos eletrônicos são atuais e se prestam a sua funcionalidade, considerando o porte do cartório?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS E ATENDIMENTO</b>	
<b>15</b>	<p>O atendimento é realizado com eficiência, urbanidade e presteza (considerando vestimenta, uniforme e cordialidade dispensada ao público)?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não houve qualquer reclamação por ocasião da correição.</p>
<b>16</b>	<p>Comparecimento diário do delegatário ao cartório, no horário de expediente, atuando o substituto legal apenas em eventuais ausências ou impedimentos?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: O delegatário reside no mesmo imóvel, no andar superior.</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>17</b>	<p>A serventia observa a jornada de 06(seis) a 08(oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, para atendimento ao público, informando sobre o horário de funcionamento ao Juízo de Registros Públicos e à Corregedoria Geral de Justiça? ( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>18</b>	<p>Há respeito à prioridade das pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? ( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Através do critério de observação dos colaboradores.</p>
<b>19</b>	<p>Existe sistema de distribuição de senhas, considerando o porte do cartório? ( ) SIM ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: A serventia é de pequeno porte e o atendimento, segundo informam, não necessita de distribuição de senhas.</p>
<b>20</b>	<p>O quantitativo de prepostos é suficiente à adequada prestação de serviço, em conformidade com a demanda (considerando o porte do cartório, o movimento de serviços prestados e pessoas atendidas)? ( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: São apenas 04 prepostos e mais a substituta, totalizando 05 colaboradores, todavia no Justiça Aberta constam apenas 04 (quatro) colaboradores, devendo ser retificado.</p>
<b>21</b>	<p>As tabelas de emolumentos em vigor, assim como os cartazes informativos da gratuidade dos serviços e do selo digital, encontram-se afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público? ( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>22</b>	<p>É fornecido, independentemente de solicitação, recibo discriminado dos emolumentos percebidos? ( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Os recibos são automatizados, e de sua leitura percebeu-se que estava sendo cobrado o ISS por fora do emolumento, a despeito da inexistência de Lei Municipal que tenha tal previsão.</p>
<b>23</b>	<p>O atendimento aos usuários se dá em tempo de espera razoável e observa eventual norma municipal que disciplina o tempo de espera nas serventias extrajudiciais? ( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Em observação por ocasião da correição percebeu-se o atendimento em tempo razoável.</p>
<b>24</b>	<p>São mantidos na Serventia as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade (Art. 30, IV, da Lei nº 8.935/94), bem como as legislações mencionadas no art. 22, do CN - Tomo II? ( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>25</b>	<p>As dúvidas suscitadas são encaminhadas ao Juízo competente? ( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: As dúvidas são suscitadas via PJE.</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>26</b>	<p>A escrituração dos livros e documentos satisfaz às exigências legais (termos de abertura e encerramento, numeração e autenticação de folhas, ausência de rasuras, emendas, ressalvas etc., bem como a utilização do livro auxiliar (Prov. CNJ nº 149/2023 - arts. 42 a 51, e arts. 185 a 193) ? ( x ) SIM      (   ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Em regra, a formalização dos livros são feitas com termos de abertura e de encerramento, todavia constatou-se algumas situações de escrituração equivocadas no registro civil que serão reportadas no formulário específico.</p>
<b>27</b>	<p>Existem práticas viciosas a serem coibidas? (   ) SIM      ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Apenas a escrituração equivocada, gerando livros com 600 folhas e não 300, como determina a lei.</p>
<b>DEMAIS ASPECTOS DE FISCALIZAÇÃO EM RELAÇÃO AO DELEGATÁRIO E AO CARTÓRIO</b>	
<b>28</b>	<p>Estrita observância quanto a cobrança dos emolumentos fixados para a prática dos atos do seu ofício, com a afixação da tabela em local de fácil acesso ao público? ( x ) SIM      (   ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Observou-se que o cartório repassa o ISS ao usuário, conforme lei municipal. Segundo informaram, o repasse iniciou somente em janeiro de 2024 com a mudança do sistema. Com a entrada em vigor da nova tabela de emolumentos, essa prática passa ser permitida desde que haja lei municipal autorizando o referido recolhimento, mediante o acréscimo ao valor dos emolumentos a serem pagos pelo usuário.</p>
<b>29</b>	<p>Guarda e manutenção dos livros, papéis e documentos do acervo do cartório em local salubre e sem presença de umidade? ( x ) SIM      (   ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: O imóvel possui pouca umidade, que não chega a prejudicar a salubridade do local.</p>
<b>30</b>	<p>Adoção de sistemas de cópias de segurança, "backup" em mídia eletrônica, digital ou outro método hábil a sua preservação, abrangendo todos os livros obrigatórios, com periodicidade inferior a 30 (trinta) dias? ( x ) SIM      (   ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Utilizam o sistema ANSATA, que faz o back up automático em nuvem da própria ansata, fazendo back up físico e digital, com intervalo de 15 em 15 minutos. O back up físico é realizado uma vez ao dia.</p>
<b>31</b>	<p>Capacidade técnica plena do escrevente substituto para, nas eventuais ausências ou impedimento, substituir o delegatário? ( x ) SIM      (   ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: A substituta é esposa do titular e possui o nível médio.</p>
<b>32</b>	<p>Respeito ao princípio da territorialidade na prática dos atos? ( x ) SIM      (   ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>33</b>	<p>Respeito à vedação legal no funcionamento de sucursais do serviço? ( x ) SIM      (   ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>34</b>	<p>Existência e regularidade do Livro de Visitas e Correições (Prov. CNJ nº 149/2023, art.185, I)? ( x ) SIM      (   ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi Lavrado o termo de Correição no Livro respectivo.</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>35</b>	<p>Existência e regularidade do Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 185, II)? As despesas lançadas no livro resultam da prestação do serviço delegado, estando rigorosamente dentre aquelas autorizadas pelo art. 8º do Provimento 45/2015 da Corregedoria Nacional de Justiça (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 8º, “a” a “m”)? Está sendo visado anualmente pelo Juízo Corregedor? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM      ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: A escrituração do Livro Diário Auxiliar não permite a fácil visualização do ato praticado, não havendo referência ao ato e selo utilizado e tampouco o livro e folha respectiva, sendo necessário readequar o sistema para tanto.</p>
<b>36</b>	<p>Existência e regularidade do Livro Controle do Depósito Prévio, nos cartórios cujo serviço o admitam (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 185, III)? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO    ( <input type="checkbox"/> ) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: O livro encontra-se todo informatizado no sistema ANSATA, não havendo valores relevantes no período apurado.</p>
<b>37</b>	<p>O Sistema Justiça Aberta Extrajudicial do Conselho Nacional de Justiça é alimentado com dados semestrais atualizados da serventia, do delegatário, arrecadação e repasses? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Observado por ocasião da correição</p>
<b>38</b>	<p>O(A) Oficial(a) acessa diariamente o Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias – PJeCOR, Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e o E-mail Oficial disponibilizado pela Corregedoria, que são o meio de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro e entre estes e os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM      ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>39</b>	<p>A Serventia possui registro de conteúdo eletrônico de todos os atos notariais e registrais de seu ofício, conforme determina o Provimento n.º 149/2023 (art. 149) do CNJ? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM      ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: A partir de 01/04/2022 iniciou o sistema Extradigital, o qual foi modificado a partir de outubro de 2022 para o sistema ANSATA. Não houve migração dos dados automática, mas foi alimentado pelo próprio cartório.</p>
<b>40</b>	<p>A serventia oferece o serviço de cópias reprográficas? Qual o valor? (Verificar se a informação está ostensiva, pois é obrigatória e se os preços são módicos) ( <input type="checkbox"/> ) SIM      ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Cobram apenas para realização de serviço interno.</p>
<b>DA CORRETA UTILIZAÇÃO DOS SELOS DIGITAIS</b>	
<b>41</b>	<p>A serventia mantém sistema eletrônico compatível com os padrões definidos pelo código de normas para recepção dos atos praticados pelos sistemas de informação do Tribunal de Justiça e pela documentação de integração? (Pedir para ver o sistema) ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Sistema ANSATA.</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>42</b>	<p>Os selos de fiscalizações estão sendo utilizados, obedecendo-se a ordem cronológica? (Pedir para ver o sistema - não sendo obedecida, deve-se comunicar a CGJ para cancelamento de todos os selos fora de ordem, para não configurar quebra de sequência) ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>43</b>	<p>Os selos estão sendo inseridos eletronicamente na última folha dos atos praticados – art. 149 e 150 do Código de Normas, acompanhado do carimbo da serventia e do sinal público do responsável pelo ato, de modo que fique assegurada a plena visualização de todos os itens do Selo Digital? (Somente é permitida a impressão de etiquetas em atos que não comportem inclusão eletrônica, tais como autenticação, reconhecimento e dut do detran, e, nos demais atos, tais como certidões, escrituras, procurações e etc... verificar se o selo se encontra inserido eletronicamente na última folha do documento). ( <input type="checkbox"/> ) SIM    ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi informado que o sistema não estaria parametrizado para tanto.</p>
<b>44</b>	<p>No caso da utilização de etiqueta autoadesiva, é lançado sobre parte da etiqueta aplicada ao documento o carimbo da Serventia e a rubrica do responsável ou de seu preposto, permanecendo sempre legível a numeração do Selo Digital utilizado. (art. 149 do Código do Código de Normas)? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>45</b>	<p>Os selos de fiscalização estão de acordo com os padrões definidos pelo Código de Normas e documentação de integração? (Tamanho, dados e informações – pedir para ver alguns selos utilizados) ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>46</b>	<p>Os atos selados estão sendo enviados imediatamente após suas conclusões, em documento html, ao sistema de informação do tribunal de justiça? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Após a prática do ato, de forma imediata.</p>
<b>47</b>	<p>A serventia possui pendência de declaração de selos utilizados? (Consultar o sistema – SIAE ou pedir informações prévias ao setor de arrecadação) ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Conforme relatório situacional remetido via e-mail.</p>
<b>48</b>	<p>A serventia ainda possui em seu acervo selos físicos pendentes de devolução ao Tribunal de Justiça? (Consultar previamente a divisão de arrecadação. Caso possua, deve proceder a imediata devolução ao TJ) ( <input type="checkbox"/> ) SIM    ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não foram identificado nem apresentados selos físicos existentes no cartório.</p>
<b>49</b>	<p>Como a serventia tem procedido quando da necessidade de proceder retificações e cancelamentos de selos? (A serventia deve solicitar autorização Corregedoria para cancelamento e retificação) ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Utilizam o sistema SIAE</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>50</b>	<p>A serventia está obedecendo a determinação do código de normas, no sentido de manter estoque de selos para, no mínimo, 10 (dez) dias, antes de solicitar nova compra, a fim de que os serviços não sofram descontinuidade e prejudique a população? (Alertar que a inobservância a essa regra configura infração disciplinar)</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>51</b>	<p>A serventia está cadastrando as partes envolvidas no ato, no momento da selagem, inclusive com RG e CPF?</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Através do Sistema ANSATA</p>
<b>52</b>	<p>Foi feita a conferência dos selos digitais impressos nos livros da serventia em comparação com a consulta pública pelo QR CODE ou pelo portal da TJ/PA, resultando na exata identificação entre os elementos de ambos (ato praticado, livro/folha/termo, valor dos emolumentos, encargos e valor total).</p> <p>( ) SIM    ( x ) NÃO</p> <p><b>Observações/Providências: Em parte, pois nem todos os atos estão com o selo impresso ao final.</b></p>
<b>CERTIDÕES NEGATIVAS</b>	
<b>53</b>	<p>Em se tratando de serventia vaga, o responsável interino procede ao recolhimento de eventual quantia que, em sua renda líquida, exceda ao teto remuneratório de 90,25% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, até o dia 10 do mês subsequente, apresentando o respectivo comprovante de pagamento, conforme art. 34 do Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRMB/CJCI?</p> <p>( ) SIM    ( ) NÃO    ( x ) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>54</b>	<p>Apresentou comprovação do correto recolhimento das taxas de fiscalização (FRJ e FRC)?</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: De acordo com o relatório situacional</p>
<b>55</b>	<p>Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Municipal pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia?</p> <p>( ) SIM    ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Apresentadas em PDF apenas as Certidões Trabalhistas e Estaduais pelo CPF do Delegatário e CNPJ da Serventia</p>
<b>56</b>	<p>Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Estadual pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia?</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Houve a apresentação em correção e o envio do arquivo em formato digital</p>
<b>57</b>	<p>Apresentou cópia da última GPS (Guia da Previdência Social) e GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS), comprovando o uso do CEI (art. 17, II, b; e art. 19, II, g, Instrução Normativa RFB nº 971/2009)?</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Houve a apresentação em correção e o envio do arquivo em formato digital</p>





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>58</b>	Apresentou Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? ( x ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências: Houve a apresentação em correição e o envio do arquivo em formato digital
<b>59</b>	Apresentou Certificado de Regularidade do FGTS - CRF pelo CEI do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? ( ) SIM ( x ) NÃO  Observações/Providências: Apresentadas em PDF apenas as Certidões Trabalhistas e Estaduais pelo CPF do Delegatário e CNPJ da Serventia
<b>60</b>	Apresentou Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? ( ) SIM ( x ) NÃO  Observações/Providências: Não apresentou.
<b>61</b>	Apresentou Comprovante de transmissão da DOI dos últimos 12 (doze) meses, com utilização de Certificado Digital do Titular da Serventia; ( x ) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL  Observações/Providências: Apresentado em Correição.
<b>PROVIMENTO Nº 149/2023 CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA</b>	
<b>62</b>	O notário ou registrador implantou políticas, procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo no âmbito da serventia, bem como informou os dados do oficial de cumprimento no Sistema Justiça Aberta? (CNJ, Provimento 149/2023, art. 144) ( x ) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL  Observações/Providências: Parcialmente. Informou os dados do oficial de cumprimento, tratando-se do próprio titular da serventia.
<b>63</b>	Havendo indícios da prática de crime de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, ou de atividades a eles relacionadas, é observado o prazo de um dia útil após o exame da operação ou proposta de operação para comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 151, caput) ( x ) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL  Observações/Providências:
<b>64</b>	O notário ou registrador, ou seu oficial de cumprimento, informa a CGJ-PA, até o dia 10 dos meses de janeiro e julho, a inexistência, nos 6 meses anteriores, de operação ou proposta suspeita passível de comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 153) ( x ) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL  Observações/Providências:
<b>65</b>	O notário ou registrador, ou o oficial de cumprimento atende às requisições formuladas pelo Coaf e pelo CNJ na periodicidade, forma e condições por eles estabelecidas, com a preservação do sigilo das informações prestadas? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 178) ( ) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL  Observações/Providências: Nunca chegou requisição.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>66</b>	<p>O notário ou registrador mantém cadastro dos envolvidos, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art.145, caput)</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO    ( ) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Pelo sistema Ansata</p>
<b>67</b>	<p>O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas físicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, § 1º do Prov. n. 149/2023, CNJ ?</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO    ( ) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Pelo sistema Ansata</p>
<b>68</b>	<p>O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas jurídicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, § 2º do Prov. n. 149/2023, CNJ?</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO    ( ) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Pelo sistema Ansata</p>
<b>PROVIMENTO CNJ Nº 74/2018 – PADRÕES MÍNIMOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (ART. 206 DO PROV. CNJ 149/2023)</b>	
<b>69</b>	<p>A serventia apresentou laudo técnico certificando que está adequada aos padrões mínimos de segurança atendendo as exigências técnicas do Provimento nº 74/2018 do Conselho Nacional de Justiça?</p> <p>( ) SIM    (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Caso a serventia não apresente laudo técnico, devem ser preenchidos integralmente os itens abaixo:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

70

Em relação aos parâmetros definidos no Provimento 74/CNJ, a serventia está enquadrada em que classe?

- classe 1 (arrecadação de até R\$ 100.000,00 por semestre)  
 classe 2 (arrecadação de R\$ 100.000,00 a R\$ 500.000,00 por semestre)  
 classe 3 (arrecadação superior a R\$ 500.000,00 por semestre)

OBS – 1. Informações disponíveis no site da Corregedoria de Justiça

Possui rede elétrica devidamente aterrada?

- SIM  NÃO

Observação:

Possui nobreak compatível com os servidores instalados, com autonomia de pelo menos 30 minutos?

- SIM  NÃO

Observação:

Link de comunicação de dados megabits:\*

- 2 Megabits  5 Megabits  10 Megabits  Mais de 10 Megabits

Observação:

Possui local técnico isolado dos demais ambientes (alvenaria ou divisórias), com restrição de acesso por chave?

- SIM  NÃO

Observação:

Possui local com refrigeração compatível com a quantidade de equipamentos e metragem?

- SIM  NÃO

Observação: a refrigeração é da sala geral, com uma divisória de madeira com porta.

Possui dispositivo de armazenamento (storage):

- inexistente  físico  virtual

Observação: HD Externo no servidor

Possui serviço de cópias de segurança na internet (backup em nuvem)?

- SIM  NÃO

Observação: pela própria ANSATA

Possui servidor com sistema de alta disponibilidade que permita a retomada do atendimento à população em até 15 minutos após eventual pane do servidor principal?

- SIM  NÃO

Observação: Está sendo feita a clonagem do HD em tempo real.

Possui impressoras e scanners (multifuncionais)?

- SIM  NÃO

Quantos? (especificar)

Observação: 04

Possui switch para a conexão de equipamentos internos?

- SIM  NÃO

Observação:

Possui roteador para controlar conexões internas e externas?

- SIM  NÃO

Observação:

Possui softwares licenciados para uso comercial?

- SIM  NÃO. Especificar

Observação:

Possui software antivírus e antissequestro?

- SIM  NÃO



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

	<p>Observação:</p> <p>Possui firewall? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observação:</p> <p>Possui proxy? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observação:</p> <p>Possui banco de dados? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observação:</p> <p>Quantos funcionários do cartório treinados na operação do sistema e das cópias de e segurança ou de empresa contratada que preste o serviço de manutenção técnica com suporte?</p> <p>Observação: Apenas 01 (um) prestador de serviços externo. Deve ser incrementado o número de prestadores de serviços para 02 (dois) técnicos.</p>
<b>PROVIMENTO CNJ 149/2023 E CGJ Nº 10/2021 - TRATAMENTO E PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS - LGPD</b>	
<b>71</b>	<p>A serventia mantém, em sua unidade, um sistema de controle do fluxo abrangendo a coleta, tratamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais, até a restrição de acesso futuro? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências: Parcialmente. A Serventia apresentou um documento identificado como "análise de riscos" no qual, após descrever os riscos inerentes, listando os principais eventos físicos e digitais, tece comentários sobre cada um dos aspectos então objeto de regulamentação pelo Provimento CNJ 134/2023, tecendo oposição a alguns pontos específicos, tais como o dever de motivação dos requerimentos apresentados. Não foi apresentado o mapeamento dos dados abrangendo todas as atividades de coleta e tratamento e as respectivas medidas de controle/mitigação dos riscos associados, nem as demais políticas exigidas pela legislação. Existe um regimento interno afixado no quadro de avisos com a política de proteção de dados.</p>
<b>72</b>	<p>A serventia mantém, em sua unidade, política de privacidade que descreva os direitos dos titulares de dados pessoais, de modo claro e acessível, os tratamentos realizados e a sua finalidade? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências: No documento disponibilizado como regimento interno, apenas.</p>
<b>73</b>	<p>A serventia já indicou o Encarregado de Proteção de Dados Pessoais, mantendo, em sua unidade, um canal de atendimento adequado para informações, reclamações e sugestões ligadas ao tratamento de dados pessoais, com fornecimento de formulários para essa finalidade (art. 84, I e art. 88 do Provimento CNJ 149/2023)? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências: A colaboradora Gisele é a DPO da serventia. Portaria apresentada.</p>
<b>74</b>	<p>A serventia mantém, em sua unidade, em local de fácil visualização e consulta pelo público, bem como em seus meios de comunicação, as medidas sobre o cumprimento da lei de proteção de dados, divulgando as informações básicas a respeito dos dados pessoais e procedimentos de tratamento, os direitos dos titulares dos dados, o canal de atendimento disponibilizado aos titulares de dados para que exerçam seus direitos e os dados de qualificação do encarregado, com nome, endereço, e meios de contato? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências: Mantem o documento denominado "Regimento Interno da Política de Privacidade e Proteção de Dados".</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>75</b>	<p>A serventia mantém em sua unidade formulário para terceiros preencherem e assinarem o requerimento para obtenção de informações? ( ) SIM ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Afirmou possuir modelo em PDF, o qual, porém, não foi disponibilizado para a equipe de correição e não estava disponível no balcão da serventia.</p>
<b>PROVIMENTO CNJ 149/2023 – CNJ (SISTEMA ELETRÔNICO DE REGISTROS PÚBLICOS)</b>	
<b>76</b>	<p>A Serventia está integrada tecnologicamente ao SERP – Sistema Eletrônico de Registros Públicos, instituído pela Lei nº 14.382 de 27.06.2022? (A total integração entre os Operadores Nacionais – ON – RCPN, ON-TDPJ e ONR ao ONSERP deve ocorrer em até 90 dias, contados de 03.02.2023)</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Sem pendências no dia da correição.</p>
<b>TÓPICO DE ENCERRAMENTO</b>	
<b>77</b>	<p>Outras observações: Ao final dos relatórios</p>

**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS**

<b>REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS</b>	
<b>1</b>	<p>Mantém arquivados os documentos necessários à lavratura dos atos de seu ofício? ( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Mantém arquivos físicos e virtual (sistema Ansata). O arquivamento é efetivado por mês. Possuem todas as Dnv's arquivadas. Não há arquivamento digital desses documentos. O sistema utilizado possui a função para inclusão dos documentos.</p>
<b>2</b>	<p>Todos os livros da serventia contêm as assinaturas, rubricas, números de páginas e termos de abertura e encerramento obrigatórios aos atos e à escrituração? ( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Os livros possuem todas as assinaturas mas são apenas físicos, frente e verso totalizando 600 folhas. As folhas em branco já ficam rubricadas para que sejam utilizadas na impressão na ordem sequencial. As folhas são soltas protegidas por plástico sem perfuração.</p> <p>Os livros de registro de óbito possuem índice antes do seu início e são parafusados. Foi verificada a diferença na escrituração, sendo informado que isso se deu devido a mudança de sistema durante a implantação do selo digital.</p>
<b>3</b>	<p>São feitas as remissões recíprocas e encaminhadas as comunicações com resumo do assento, dos registros ou averbações levadas a efeito na Serventia, ao oficial em cujo cartório estiverem os registros primitivos, no prazo de cinco dias, consoante o disposto nos arts. 106 e 107 da Lei Federal 6.015/73? ( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Sim, a maioria chega via Pje. Também fazem o controle via CRC.</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>4</b>	<p>São feitas as anotações nos atos anteriores das comunicações recebidas de outras serventias no prazo de cinco dias consoante disposto no arts. 106 e 107 da Lei Federal 6.015/73? ( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foram consultados o último livro encerrado e o em uso.</p>
<b>5</b>	<p>Os editais de proclamas de casamento são afixados em local ostensivo da Serventia e publicados na imprensa local, consoante o disposto no art. 67, §1º, da Lei Federal 6.015/73? ( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Afixam no mural e publicam no e-proclamas</p>
<b>6</b>	<p>É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do Livro “D – de registro de proclamas”, prevista nos arts. 33, inc. VI, e 43, ambos da Lei Federal 6.015/73? ( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi verificado o último livro em uso (03)</p>
<b>7</b>	<p>Há juiz de paz na serventia? Como é feita sua remuneração? ( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Raimundo Nonato Conceição do Carmo, escrevente que realiza os casamentos. Foi nomeado pelo juiz corregedor permanente da comarca.</p>
<b>8</b>	<p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de nascimento (lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais), conforme dispõe o art. 50, caput, da Lei Federal 6.015/73? ( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi verificado o último livro em uso, assim como os arquivos alusivos a alguns registros de nascimento</p>
<b>9</b>	<p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de casamento (distrito de residência de ao menos um dos nubentes), conforme dispõe o art. 67, caput, da Lei Federal 6.015/73? ( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi verificado o último livro em uso, assim como os arquivos alusivos à habilitação para o casamento</p>
<b>10</b>	<p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de óbitos (lugar do falecimento ou no lugar de residência do <i>de cujus</i>), conforme dispõe o art. 77, caput, da Lei Federal 6.015/73? ( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi verificado o último livro em uso, observando-se o lançamento do endereço de forma adequada, respeitando a territorialidade</p>
<b>11</b>	<p>O registro tardio de nascimento é feito no lugar de residência do interessado mediante requerimento, impressão datiloscópica e fotografia do registrando, com 2 (duas) testemunhas devidamente qualificadas e entrevistadas pelo Oficial e demais requisitos do Provimento nº 149/2023 do Conselho Nacional de Justiça?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi analisado procedimento de registro tardio realizado pela serventia do menor RIANDRO MARQUES DO CARMO como evidência</p>
<b>12</b>	<p>São encaminhadas ao Juiz competente as certidões de registro de nascimento onde foi estabelecida apenas a maternidade, consoante o disposto no art. 2º da Lei Federal 8.560/92? ( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Somente encaminham quando a genitora informa quem seria o provável</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

	<p>genitor.</p> <p>Devem encaminhar pelo Sistema PJE, assim como todos os demais procedimentos de consulta e dúvida. (classe 123 – averiguação de paternidade/assunto 5804 – investigação de paternidade)</p>
<b>13</b>	<p>Finalizado o procedimento de alteração de nome previsto nos artigos 55 e 56 da Lei 6015/73, têm sido feitas as comunicações necessárias aos órgãos de identificação civil e TSE, preferencialmente por meio eletrônico?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>14</b>	<p>Está sendo cumprido o Provimento CNJ nº 149/2023 quanto aos itens abaixo?</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- prestar as informações suficientes para individualizar a pessoa requerente (nome anterior, nome atualizado, nome dos pais, data de nascimento, documento de identidade e CPF), em documento cuja autenticidade possa ser verificada;</li></ul> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- informar à pessoa interessada que a retificação do seu prenome no Cadastro Eleitoral deverá ser por ela requerida à Justiça Eleitoral, mediante operação de revisão, o que é indispensável para possibilitar que certidões eleitorais e o caderno de votação contemplem o nome atual</li></ul> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi verificado o procedimento adotado, sendo constatada a obediência às etapas com o uso dos modelos e comunicações via CRC (Arpen/brasil)</p>
<b>15</b>	<p>Encontram-se afixadas, nas dependências da serventia, em local de grande visibilidade, que permita fácil leitura e acesso ao público, informações claras sobre a gratuidade para a lavratura dos assentos de nascimento e de óbito, bem como pela emissão das respectivas primeiras certidões, conforme disposto no art. 30, §3º-C, da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>( ) SIM ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>16</b>	<p>É observado o sistema de plantão nos sábados, domingos e feriados, conforme art. 4º, §1º, da Lei Federal 8.935/94? Possui aviso ao público do horário e local do plantão da serventia?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Existe o aviso na parte externa e no mural interno da serventia</p>
<b>17</b>	<p>Nos assentos de nascimento e óbito é obedecida pelo registrador, a grafia correta no nome dos registrandos, bem como é observada a vedação legal de registro de prenomes que exponham ao ridículo?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>18</b>	<p>Antes da lavratura de qualquer registro de nascimento, a serventia realiza consulta prévia à Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais - CRC, a fim de verificar a existência de registro de nascimento lavrado com o mesmo número de Declaração de Nascido Vivo-DNV, conforme Recomendação nº 43/CNJ/2019?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Procedimento verificado durante a correição</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>19</b>	<p>Está sendo obedecido o prazo de 48h (quarenta e oito horas) para encaminhamento dos dados registrais das pessoas em estado de vulnerabilidade socioeconômica, para os Institutos de Identificação, para efeito de emissão de registro de identidade, nos termos do Provimento 149/2023 -CNJ?</p> <p>( ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: ainda não ocorreram casos dessa natureza, segundo informado pela serventia</p>
<b>20</b>	<p>Os registros de nascimento e os assentos de óbitos contêm os requisitos exigidos, respectivamente, dos arts. 54 e 80 da Lei Federal n. 6.015/73, bem como seguem os padrões mínimos definidos pelo Provimento 63/2017- CNJ e Provimento 149/2023-CNJ?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>21</b>	<p>A Serventia formaliza a notificação ao Juiz Corregedor Permanente, Ministério Público e/ou Polícia em caso de registros de nascimento quando a mãe é menor de 14 anos?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Até o momento relataram que fizeram uma comunicação e entregaram a documentação diretamente ao RMP. Houve apresentação do comprovante de protocolo.</p>
<b>22</b>	<p>São atendidas as determinações do Provimento nº 149/2023 do CNJ que instituiu a Central de Registro Civil – CRC, quanto às digitalizações, alimentação, pedidos de certidões e encaminhamento das comunicações dos registros e averbações feitos na serventia?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Parcialmete. Foram identificadas algumas pendências na CRC, conforme relatório gerado e prints de tela (período lançado que aguarda confirmação bem como pedidos de certidão).</p>
<b>23</b>	<p>O acervo da serventia está digitalizado e integrado aos sistemas CRC e SIRC?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Parcialmente integrado no momento da correição. Foram gerados relatórios de pendências no SIRC e na CRC (registros faltantes)</p>
<b>24</b>	<p>São encaminhadas as comunicações mensais ao INSS, IBGE, Junta de Serviço Militar do Município, Secretaria de Saúde, Justiça Eleitoral, DETRAN e demais repartições e autoridades, consoante disposto no art. 49 da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Conforme evidências apresentadas em correição</p>
<b>25</b>	<p>Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior?</p> <p>( ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Item prejudicado diante da ausência de informações sobre a última correição realizada pela CGJ</p>
<b>26</b>	<p>A serventia está cumprindo as disposições do Provimento 149/2023-CNJ que trata sobre o cadastro, no Justiça Aberta, das unidades interligadas em funcionamento nos hospitais e maternidades?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>27</b>	<p>Providências a serem adotadas: Ao final dos relatórios de correição</p>





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO – REGISTRO DE IMÓVEIS**

<b>REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS</b>	
<b>1</b>	<p>Os títulos apresentados são protocolizados no momento de sua entrada na Serventia, consoante o disposto no art. 182 da Lei Federal 6.015/73, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 12 daquela Lei?? ( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Conforme modelo</p>
<b>2</b>	<p>É fornecida à parte documento comprobatório do protocolo dos títulos contendo seu número de ordem? ( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>3</b>	<p>A escrituração do Livro nº 01 – Protocolo é encerrada diariamente, consoante o disposto no art. 184 da Lei Federal 6.015/73? ( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Através do sistema.</p>
<b>4</b>	<p>Na escrituração do Livro n. 01 – Protocolo - tem-se observado o disposto no art. 175 da Lei Federal 6.015/73? ( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Atende aos requisitos da lei</p>
<b>5</b>	<p>São canceladas as prenotações, decorridos 20 (vinte) dias do seu lançamento no Protocolo, dos títulos não registrados por omissão do interessado em atender às exigências legais, consoante o disposto no art. 205 da Lei Federal 6.015/73? ( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Nunca ocorreu um caso</p>
<b>6</b>	<p>Na escrituração do Livro n. 02 – Registro Geral - tem-se observado o disposto no art. 176 da Lei Federal n. 6.015/73? ( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>7</b>	<p>É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do “Livro nº 4 – Indicador Real” (art. 173, inciso IV, e art. 179 da Lei Federal 6.015/73) e do “Livro nº 5 – Indicador Pessoal” (art. 173, inciso V, e art. 180 da Lei Federal 6.015/73), os quais poderão ser substituídos pelo sistema de fichas? ( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: O indicador Pessoal e real estão todo informatizado no Sistema, conforme verificado no sistema, desde a primeira matrícula.</p>
<b>8</b>	<p>Os livros da serventia contêm as assinaturas, rubricas, números de páginas e termos de abertura e encerramento obrigatórios aos atos e à escrituração? ( ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: A partir de maio de 2022, a serventia aderiu o sistema de fichas.</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>9</b>	<p>Para os atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária para fins residenciais, financiada pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH), é concedida a redução de 50% (cinquenta por cento) prevista no art. 290 da Lei Federal 6.015/73? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM      ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não houve nenhum caso ainda na serventia.</p>
<b>10</b>	<p>São mantidos em arquivo todos os documentos relacionados aos loteamentos, consoante o disposto no art. 18 da Lei Federal 6.766/79 e incorporações imobiliárias, cf art. 32 da Lei 4591/64? ( <input type="checkbox"/> ) SIM      ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não houve, até a presente data, ocorrência dessa natureza. Mas caso ocorra, informam que os documentos serão devidamente arquivados</p>
<b>11</b>	<p>Em relação à pergunta anterior, no caso de não serem regularmente apresentados os documentos exigidos, o oficial fez o registro, ou suscitou dúvida na forma devida? ( <input type="checkbox"/> ) SIM      ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Prejudicado</p>
<b>12</b>	<p>Para individualização e discriminação das unidades imobiliárias, é observado o disposto no art. 44 Lei 4.591/64? ( <input type="checkbox"/> ) SIM      ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Até a presente data não houve nenhum pedido desta natureza.</p>
<b>13</b>	<p>É encaminhada à Secretaria da Receita Federal a “Declaração sobre Operações Imobiliárias – DOI”, consoante o disposto no art. 15 do Decreto-Lei nº 1.510/76 c/c Instrução Normativa SRF nº 1.112/2010? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM      ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>14</b>	<p>A serventia fiscaliza o recolhimento dos tributos incidentes sobre os atos de sua competência? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM      ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>15</b>	<p>Definida nova circunscrição geográfica do imóvel matriculado, o oficial da nova circunscrição encaminha, por meio de ofício, no prazo de 05 (cinco) dias, certidão da abertura da matrícula ao oficial da circunscrição anterior, a fim de que este proceda à respectiva averbação, acompanhado dos emolumentos e taxas devidos, cobrados do interessado na abertura da nova matrícula? ( <input type="checkbox"/> ) SIM      ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Inaplicável</p>
<b>16</b>	<p>Na hipótese acima, o ofício e a respectiva certidão são arquivados em ambos os serviços registrares, sendo que o receptor arquiva os originais e o expedidor uma cópia? ( <input type="checkbox"/> ) SIM      ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Prejudicado. Conforme mencionado item 15.</p>
<b>17</b>	<p>São observadas as disposições dos arts. 878 do CN referentes às aquisições de imóveis rurais por estrangeiros? ( <input type="checkbox"/> ) SIM      ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Até a presente data não houve nenhum pedido de matrícula/registro de imóveis rural adquiridos por estrangeiro. Portanto, caso ocorra algum pedido, informaram que observarão as disposições específicas.</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>18</b>	<p>Todas as aquisições e arrendamentos de imóveis rurais por estrangeiros são trimestralmente comunicadas ao INCRA e mensalmente à Corregedoria-Geral de Justiça? Conforme determina o art. O art. 879 do CNSNR/PA. Elas têm sido atualizadas no CNIB? ( ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não houve até a presente data aquisições e/ou arrendamentos de imóveis rurais feitos por estrangeiros no município.</p>
<b>19</b>	<p>A abertura de matrícula e registro de terra indígena com demarcação homologada e averbação da existência de demarcação de área indígena homologada e registrada em matrículas de domínio privado incidentes em seus limites tem observado as disposições do Provimento 149/2023-CNJ? ( ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Até a presente data não houve nenhum pedido dessa natureza.</p>
<b>20</b>	<p>São atendidas as determinações do <b>provimento nº 89/2019 (CNJ)</b> relativas ao Sistema de Registro Eletrônico de imóveis - SREI (, quanto as digitalizações, alimentação, pedidos de certidões e carga das informações? (x) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi informada a total integração ao ONR, inclusive com o término do transporte das imagens. Sem irregularidades no momento da correição, conforme verificado no Ofício Eletrônico do ONR.</p>
<b>21</b>	<p>As notas de exigências são apresentadas de forma clara, de uma única vez, com a indicação expressa da regra legal ou administrativa, ou princípio jurídico que o fundamenta, conforme exigido pelo Provimento 07/2022-CGJ? (x) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>22</b>	<p>O procedimento de suscitação de dúvida obedece as determinações do art. 198 da Lei 6015/73? (x) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Formalizam via PJE</p>
<b>23</b>	<p>São adotadas todas as medidas necessárias ao fiel cumprimento do art. 231, § 6º, da CF/88; art. 246, §§ 3º e 4º, e art. 250, IV, da Lei n.º 6.015/73, para que sejam declarados nulos e ineficazes os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio ou a posse de terras indígenas? (Meta 17 do CNJ) ( ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não há na serventia matrícula dessa natureza.</p>
<b>24</b>	<p>O oficial apura e recolhe a cota de participação do FIC/SREI, efetuando o pagamento até o último dia de cada mês?(Provimento CNJ nº 115/2021) (x) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Conforme comprovante apresentado</p>
<b>25</b>	<p>A serventia extrajudicial cumpre os arts. 7º e 14 do Provimento 39 do CNJ e consulta o banco de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado (hash), no desempenho regular de suas atividades e para a prática dos atos de ofício? (CNJ, Prov. n. 39/2014) (x) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>26</b>	<p>O Cartório verifica diariamente a Central de Indisponibilidade de bens (CNIB)? ( x ) SIM    (   ) NÃO</p> <p>Consignar data do último acesso: 08/02/2024</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>27</b>	<p>A serventia extrajudicial cumpre o art. 8º do Provimento 39 do CNJ e verifica, pelo menos na abertura e uma hora antes do encerramento do expediente, se existe comunicação de indisponibilidade de bens para impressão ou importação (XML) para seu arquivo, visando o respectivo procedimento registral? (CNJ, Prov. n. 39/2014) ( x ) SIM    (   ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>28</b>	<p>O cartório mantém livro auxiliar atualizado para o cumprimento do disposto no artigo 10 da Lei nº 5.709/1971? ( x ) SIM    (   ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: A serventia possui livro auxiliar para registro de aquisição de bens imóveis rurais por estrangeiros, no entanto até a presente data não houve nenhum movimento.</p>
<b>29</b>	<p>O Oficial tem procedido às averbações de bloqueio e cancelamento determinadas pelos Provimentos nº 13/2006-CJCI e 02/2010-CJCI, bem como intimado o interessado para formalizar a requalificação de que trata o Provimento Conjunto nº 006/2023-CRMB/CJCI? (   ) SIM    ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi relatada a ausência de matrícula que venha a ser objeto de bloqueio de averbação de bloqueio de matrícula, por não se enquadrar em nenhum dos artigos do Provimento 013/2006 – CJCI.</p>
<b>30</b>	<p>O Oficial mantém registro em banco de dados próprio e no SIAE (instrução 02/2021-CGJ) das averbações de bloqueio, desbloqueio, cancelamento e requalificação efetuadas? (pedir para ver os controles) (   ) SIM    ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi informada a ausência de situação que demandasse tal providência.</p>
<b>31</b>	<p>O oficial está cumprindo as disposições do Provimento 08/2021-CGJ, que alterou a redação do art. 5º do Provimento Conjunto 08/2013-CJCI/CRMB e mantendo banco atualizado relacionando as matrículas abertas bloqueadas, desbloqueadas, canceladas e requalificadas com base nas disposições do referido ato normativo? ( x ) SIM    (   ) NÃO</p> <p>Observação: Há matrícula bloqueada por ordem judicial.</p>
<b>32</b>	<p>Estão sendo praticados os respectivos atos eventualmente existentes na CNIB (ordens e cancelamentos), dentro do prazo disposto em lei? ( x ) SIM    (   ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>33</b>	<p>O Cartório acessar diariamente a Central de Registradores de Imóveis, no portal Ofício Eletrônico (ARISP/ONR), verificando todas as solicitações existentes: Pedidos de certidões, E-protocolo, pesquisa de bens, penhora online, intimações e ofícios? ( x ) SIM    (   ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>34</b>	As solicitações recebidas pelo portal Ofício Eletrônico (ARISP/ONR) são atendidas/prenotadas no mesmo dia? ( x ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências: Não ha pendencias conforme verificado em correição.
<b>35</b>	O Cartório está em dia quanto ao transporte das imagens das matrículas (Exportador de Imagens) para a ONR com seus atos devidamente atualizados? ( x ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências: Segundo informam, a serventia es 100% com as matrículas levantadas para a ONR.
<b>36</b>	É observado o disposto no artigo 8º, §3º, da Lei Federal nº 5.868/1972 nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região? ( x ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências: É feita a mesma pergunta no relatório de tabelionato de notas.
<b>37</b>	É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1979 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados)? (x) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>38</b>	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório de correição anterior? ( ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências: As exigências determinadas foram sanadas e comunicadas à Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Pará.
	Providências a serem adotadas:

**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - RTD/RCPJ**

<b>REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOSE CIVIS DAS PESSOAS JURÍDICAS</b>	
<b>1</b>	O Livro "A" Protocolo possui colunas destinadas a todas as anotações a que se refere o art. 135 da Lei Federal 6.015/73? ( ) SIM ( x ) NÃO  Observações/Providências: Falta a indicação da qualidade do lançamento a ser feito (integral, resumido, penhor, etc). Foi verificado o último livro em uso (002)
<b>2</b>	Na escrituração do Livro "A" Protocolo são observados todos os requisitos previstos art. 146 da Lei Federal 6.015/73? ( ) SIM ( x ) NÃO  Observações/Providências: Não consta a indicação da espécie do lançamento a fazer (registro integral,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

	resumido ou averbação)
<b>3</b>	<p>3. A escrituração do Livro "A" Protocolo é encerrada diariamente, consoante o disposto no art. 150, parágrafo único e art. 154 da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>(x) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi verificado o último livro em uso</p>
<b>4</b>	<p>São mantidos em arquivo todos os documentos relacionados aos atos de seu ofício?</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>5</b>	<p>São anotadas no Livro de Protocolo, depois de concluídos os lançamentos nos livros respectivos, as referências ao número de ordem sob o qual tiver sido feito o registro ou a averbação, no livro respectivo, conforme previsto nos art. 135, parágrafo único, c/c art. 149, ambos da Lei Federal nº 6.015/73?</p> <p>(x) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Consultado o último livro de protocolo de RTD não se identificou o protocolo de nenhum título (02). O livro 01 de RTD encerrado em 2022, foi identificada a observância desse requisito, tratando-se, porém de livro antigo, aberto no ano de 1997 (o termo de encerramento também é dessa data). No livro em uso RCPJ foi identificada a observância desse requisito conforme protocolo do dia 08.07.2022 averbação de re=ratificação de estatuto social</p>
<b>6</b>	<p>É observada a competência do Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais, abstendo-se a serventia de registrar atos constitutivos de sociedade empresária, nos termos do art. 1.150 do Código Civil?</p> <p>(x) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>7</b>	<p>Nos casos de documento que contenha obra intelectual, o usuário é orientado a proceder ao registro na forma dos arts. 17 a 20 da Lei Federal 5.988/73, para garantia dos direitos sobre a respectiva propriedade?</p> <p>( ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Item prejudicado em razão da ausência de pedidos dessa natureza. A serventia está ciente da obrigatoriedade de orientação.</p>
<b>8</b>	<p>São lavrados nas colunas das anotações no livro competente, à margem dos respectivos registros os certificados de notificação ou da entrega de registros, conforme o disposto no art. 160, §1º, da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>(x) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>9</b>	<p>É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do Livro "D" Indicador Pessoal (art. 132, inciso IV, e art. 138 da Lei Federal 6.015/73)?</p> <p>(x) SIM    ( ) NÃO</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

	Observações/Providências: Trata-se de livro aberto em 1997 que permanece em uso (página 68), embora ausente a indicação do ano na referida folha
10	Na escrituração do “Livro B, para matrícula das oficinas impressoras, jornais, periódicos, empresas de radiodifusão e agências de notícias” são observados todos os requisitos previstos nos arts. 122, 123 e 126 da Lei Federal 6.015/73?  ( ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências: Não possuem o livro, porém, alegam a inexistência registro dessa natureza
11	Para o registro das sociedades, fundações e partidos políticos são observados todos os requisitos previstos no art. 120 da Lei Federal 6.015/73?  ( x ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
12	Como são mantidos os arquivos dos exemplares de contratos, atos, estatutos e publicações, registrados ou averbados? são arquivados e encadernados por períodos certos (mês, bimestre, trimestre, semestre, ano), acompanhados de índice que facilite a busca e o exame?  ( x ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências: São arquivados anualmente em pasta própria.
13	A serventia possui todos os livros próprios das atribuição de RTD/RCPJ, conforme legislação em vigor?  ( ) SIM ( x ) NÃO  Observações/Providências: Possuem os livros A, B e C, sendo o C aberto, mas sem atos praticados. Os demais livros, não possuem.
14	Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto ao intercâmbio de documentos eletrônicos e de informações? (Prov. CNJ 149/2023)  ( ) SIM ( x ) NÃO  Observações/Providências: Conforme prints
15	Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a recepção e o envio de títulos em formato eletrônico? (Prov. CNJ 149/2023)  ( ) SIM ( x ) NÃO  Observações/Providências: Conforme prints
16	Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a expedição de certidões e a prestação de informações? (Prov. CNJ 149/2023)  ( ) SIM ( x ) NÃO  Observações/Providências: Conforme prints



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>17</b>	<p>Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a formação de repositórios registrais eletrônicos para o acolhimento de dados e o armazenamento de documentos? (Prov. CNJ 149/2023)</p> <p>( ) SIM ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Conforme prints</p>
<b>18</b>	<p>Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a recepção de títulos em formato físico para fins de inserção no próprio sistema e envio para cartório de outra comarca? (Prov. CNJ 149/2023)</p> <p>( ) SIM ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: conforme prints</p>
<b>19</b>	<p>A serventia está cumprindo a Orientação Institucional nº 002/2023 do IRTDPJ (obrigatoriedade de adesão à Redesim), disponibilizada para todos os cartórios do Estado do Pará a partir de novembro/2023? * Item inserido para as Correições em 2024 por força de Decisão/Ofício Circular expedida no PJECor nº 0004223-03.2023.2.00.0814</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Informaram a integralização à plataforma Redesim., conforme prints de tela pois o sistema IRTDPJ Brasil já está integrado à Redesim</p>
<b>20</b>	<p>Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório de correição realizada no ano anterior?</p> <p>( ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Prejudicado em razão da ausência de informações sobre a última correição da CGJ</p>
<b>21</b>	<p>Providências a serem adotadas: Ao final dos relatórios</p>

**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO – TABELIONATO DE NOTAS**

<b>TABELIONATO DE NOTAS</b>	
<b>1</b>	<p>A Serventia possui todos os livros próprios das atribuições de Tabelionato de Notas, conforme legislação em vigor?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>2</b>	<p>Mantém arquivadas as certidões e os documentos necessários à lavratura de escrituras relacionadas às transações imobiliárias, consoante o disposto na Lei Federal 7.433/85 e Decreto 93.240/86?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Segundo informou o Titular, são arquivados fisicamente.</p>





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>3</b>	<p>Mantém fichário de cartões de autógrafo?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Físico e eletrônico.</p>
<b>4</b>	<p>No reconhecimento de firmas, dentre os requisitos exigidos, tem sido mencionada a sua espécie (autenticidade ou semelhança), bem como o nome do signatário por extenso e de modo legível, inclusive quando houver mais de uma assinatura?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>5</b>	<p>É observada a vedação do reconhecimento de firma em documentos sem data, pós-datado, incompleto ou que contenha espaços em branco?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>6</b>	<p>Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da data da lavratura, a escritura não assinada pelas partes faltantes é tornada sem efeito?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não foi encontrada nenhuma escritura nesta situação.</p>
<b>7</b>	<p>O tabelião, substituto ou escrevente, bem como as demais pessoas que comparecem aos atos, rubricam todas as folhas utilizadas? As rubricas são colhidas na margem que não é destinada à encadernação?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>8</b>	<p>Nos livros de folhas soltas, logo que concluídos, são lavrados os termos de encerramento, com posterior encadernação (art. 87, § 2º do Código de Normas)?</p> <p>( x ) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: a Encadernação é feita pelo sistema de folhas de parafusos.</p>
<b>9</b>	<p>A Serventia já está integrada no Sistema de Atos Notarias Eletrônicos – e-Notariado, nos termos pelo Provimento 149/2023-CNJ?</p> <p>(x) SIM   ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Praticaram apenas um único ato pelo e-notariado, com a autenticação de uma assinatura.</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>10</b>	<p>A Serventia já institui a matrícula notarial eletrônica, nos termos do art. 295 do Provimento 149/2023-CNJ?</p> <p>( ) SIM    ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: A serventia está adotando todas as providencias para integralização, mas nunca realizaram ato dessa natureza.</p>
<b>11</b>	<p>Remete ao CENSEC, até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês subsequente ao da lavratura, relação dos inventários, partilhas, separações, divórcios, testamentos e suas revogações realizadas no mês anterior e demais determinações dos Provimentos nº 149/2023 e nº 56/2016 do CNJ?</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não há pendências no módulo correição da CENSEC.</p>
<b>12</b>	<p>Preenche, obrigatoriamente, antes da assinatura do ato, ficha padrão ou cartão de autógrafo das partes que pratiquem atos translativos de direitos, de outorga de poderes, de testamento ou de relevância jurídica?</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>13</b>	<p>O Livro de Registro de Assinaturas para Reconhecimento de Firma Autêntica ou Verdadeira contém todos os elementos constantes do Capítulo XII do CN (Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRMB/CJCI)?</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Sim e é atualizada a foto da pessoa com dia e hora de registro.</p>
<b>14</b>	<p>O tabelião informa ao Colégio Notarial do Brasil, em até 15 dias, os dados para alimentação ou atualização dos dados que compõem o Cadastro Único de Clientes do Notariado (CCN)? (CNJ, Prov. n. 149/2023-CNJ)</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi feita a verificação por ocasião da correição, por amostragem.</p>
<b>15</b>	<p>Observa rigorosamente as formalidades necessárias à lavratura de testamentos, conforme disposto no artigo 20, § 4º, a Lei nº 8.935/1994 c/c artigo 1.864 e seguintes do Código Civil?</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Nunca lavrou um testamento.</p>
<b>16</b>	<p>O tabelião consulta a base de dados do Cadastro Único de Beneficiários Finais, com a complementação das informações com outras que puder extrair dos documentos disponíveis, para os fins de identificação do beneficiário final da operação? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 167, § 3º)</p> <p>( ) SIM    ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: O Tabelião informou desconhecer o sistema da Receita.</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>17</b>	<p>Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a alimentação sobre escrituras e procurações públicas lavradas ou informação negativa da prática destes atos? (CNJ, Prov. 149/2023)</p> <p>( <input type="checkbox"/> ) SIM    ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>18</b>	<p>Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a carga das informações dos atos notariais já lavrados, realizada regressivamente? (CNJ, Prov. 149/2023)</p> <p>( <input type="checkbox"/> ) SIM    ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>19</b>	<p>A serventia extrajudicial cumpre os arts. 7º e 14 do Provimento 39 do CNJ, efetuando consulta o banco de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado (hash), no desempenho regular de suas atividades e para a prática dos atos de ofício?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Acesso regular, conforme verificado no sistema.</p>
<b>20</b>	<p>Nos últimos três meses a Serventia formalizou alguma Escritura Pública de área rural a pessoa física ou jurídica estrangeira, assim considerada nos termos da legislação em vigor? Nelas, tem sido observadas as exigências do art. 9º e seu parágrafo único da Lei Federal n. 5.709/71, bem como o Decreto 74.965/74?</p> <p>( <input type="checkbox"/> ) SIM    ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>21</b>	<p>É observado o disposto no artigo 8º, §3º, da Lei Federal nº 5.868/1972 nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>22</b>	<p>É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1979 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m<sup>2</sup> (cento e vinte e cinco metros quadrados)?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>23</b>	Em caso de imunidade tributária, isenção ou não incidência do tributo está sendo mencionado na escritura o dispositivo constitucional ou legal que autoriza ou, se for o caso, referida a certidão expedida pela autoridade fiscal competente sobre o fato, conforme determina o art. 5º do Provimento n. 008/2002 - CGJ?  ( x ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>24</b>	A serventia fiscaliza o recolhimento dos tributos incidentes sobre os atos lavrados? ( x ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências: Observa ao pagante em especial do ITBI e ITCMD.
<b>25</b>	Qual o último acesso realizado à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB? (CNJ, Prov. n. 39/2014)  08/02/2023  Observações/Providências:
<b>26</b>	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da correição realizada anterior? ( x ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências: Informaram que as exigências determinadas foram cumpridas.
<b>27</b>	Providências a serem adotadas: Ao final dos relatórios

**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - TABELIONATO DE PROTESTOS**

<b>TABELIONATO DO PROTESTO DE TÍTULOS</b>	
<b>1</b>	Os títulos e documentos de dívida recepcionados, apresentados ou distribuídos no horário regulamentar são protocolizados dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, obedecendo à ordem cronológica da entrega (art. 8º da Lei 94374/97)?  ( x ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>2</b>	Os protestos são registrados no prazo legal, sendo o respectivo instrumento entregue ao apresentante com as informações exigidas pelo art. 20 da Lei 9437/97?  ( x ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>3</b>	<p>As importâncias referentes a títulos resgatados são imediatamente entregues a quem de direito (1º dia útil subsequente ao pagamento)?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: É gerado recibo emitido pelo sistema, sendo a devolução via central com o pagamento do dia subsequente</p>
<b>4</b>	<p>O registro do protesto e seu instrumento contêm todos os requisitos legais, consoante o disposto no art. 22 da Lei Federal 9.492/97?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>5</b>	<p>Os documentos que instruem os atos praticados são mantidos em arquivo, consoante o disposto no art. 35 da Lei Federal 9.492/97?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: São mantidos os arquivos físicos</p>
<b>6</b>	<p>O Livro de Protocolo possui colunas destinadas a todas as anotações previstas no art. 32 da Lei Federal 9.492/97?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi verificado o livro em uso (009)</p>
<b>7</b>	<p>A escrituração do livro de Protocolo é encerrada diariamente, constando do termo de encerramento o número de documentos apresentados no dia, sendo a data da protocolização a mesma do termo diário do encerramento, consoante o disposto no art. 32, parágrafo único, da Lei Federal 9.492/97?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi verificado o livro em uso (009)</p>
<b>8</b>	<p>O Livro de Registros de Protestos existe (na forma física ou por meio eletrônico, art. 35, §2º, da Lei Federal 9.492/97) e sua escrituração está formalmente regular?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Nas duas formas, sendo consultado no momento da correição</p>
<b>9</b>	<p>É exigido o reconhecimento de firma nas declarações de anuência para cancelamentos de registro de protesto, conforme o disposto no art. 26, §1º, da Lei Federal 9.492/97?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Na forma do instrumento físico, mas a maioria é efetivada eletronicamente, com assinatura digital</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>10</b>	<p>Os cancelamentos de registro de protesto encontram-se devidamente assinados pelo Tabelião Titular, seus Substitutos ou Escreventes Autorizados, conforme art. 26, §5º, da Lei Federal 9.492/97?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>11</b>	<p>É mantida rigorosamente atualizada a escrituração dos índices a que se refere o art. 34 da Lei Federal 9.492/97, podendo ser elaborados pelo sistema de fichas, microfichas ou banco eletrônico de dados?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: sim, na forma física</p>
<b>12</b>	<p>A localização dos registros de protestos e seu cancelamento nos índices são feitos de forma rápida e confiável?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>13</b>	<p>As intimações são feitas de modo que o recebimento fique assegurado e comprovado por meio de protocolo, aviso de recebimento – AR ou documento equivalente?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: São efetivadas via preposto do cartório</p>
<b>14</b>	<p>São mantidos devidamente arquivados os mandados judiciais de sustação de protesto, com os respectivos documentos, até o trânsito em julgado da respectiva lide?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Ocorreu um caso, sendo apresentado no momento da correição</p>
<b>15</b>	<p>O tabelião cumpre o art. 179 do Prov. CNJ n. 149/2023, o qual estabelece que “Não se negará a realização de ato registral ou protesto por falta de elementos novos ou dados novos, estipulados no presente Código”?</p> <p>( <input type="checkbox"/> ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>16</b>	<p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto ao acesso às informações sobre quaisquer protestos válidos lavrados pelos Tabeliães de Protesto de Títulos dos Estados ou do Distrito Federal? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023)</p> <p>( <input type="checkbox"/> ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: conforme prints de tela</p>
<b>17</b>	<p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à consulta gratuita às informações indicativas da existência ou inexistência de protesto, respectivos tabelionatos e valor? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023)</p> <p>( <input type="checkbox"/> ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: conforme prints de tela</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>18</b>	<p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto ao fornecimento de informação complementar acerca da existência de protesto e sobre dados ou elementos do registro, quando o interessado dispensar a certidão? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023)</p> <p>( <input type="checkbox"/> ) SIM      ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: conforme prints de tela</p>
<b>19</b>	<p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto ao fornecimento de instrumentos de protesto em meio eletrônico? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023)</p> <p>( <input type="checkbox"/> ) SIM    ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: conforme prints de tela</p>
<b>20</b>	<p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de declaração eletrônica de anuência para fins de cancelamento de protesto? CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023)</p> <p>( <input type="checkbox"/> ) SIM    ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: conforme prints de tela</p>
<b>21</b>	<p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de requerimento eletrônico de cancelamento de protesto? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023)</p> <p>( <input type="checkbox"/> ) SIM    ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: conforme prints de tela</p>
<b>22</b>	<p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de títulos e documentos de dívida, em meio eletrônico, para fins de protesto, encaminhados por órgãos do Poder Judiciário, procuradorias, advogados e apresentantes cadastrados? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023)</p> <p>( <input type="checkbox"/> ) SIM    ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: conforme prints de tela</p>
<b>23</b>	<p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de pedidos de certidão de protesto e de cancelamento e disponibilização da certidão eletrônica? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023)</p> <p>( <input type="checkbox"/> ) SIM    ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: conforme prints de tela</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>24</b>	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>25</b>	Providências a serem adotadas: Ao final

**RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES**

**- RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES:**

- 01.** Atualizar o Livro de Registro de Empregados (Item 01). **PRAZO: IMEDIATO.**
- 02.** Adequar a placa da serventia a fim de que sejam informados, de forma ostensiva, todos os serviços oferecidos (Item 8). **PRAZO: 30 DIAS.**
- 03.** Providenciar a aquisição de pelo menos mais um extintor de incêndio (Item 9). **PRAZO: IMEDIATO.**
- 04.** Retificar a informação relativa à quantidade de colaboradores da serventia junto ao Sistema Justiça Aberta (Item 20). **PRAZO: 10 DIAS.**
- 05.** Escriturar adequadamente os livros para que respeitem o limite legal de 300 (trezentas) folhas (Item 27). **PRAZO: 30 DIAS.**
- 06.** Readequar o sistema e a escrituração do Livro Diário Auxiliar de forma a permitir a fácil identificação e visualização do ato praticado, com a referência expressa ao ato, selo utilizado, livro e folha respectivos (Item 35). **PRAZO: 30 DIAS**
- 07.** Providenciar a inserção dos selos eletronicamente na última folha dos atos praticados, juntamente com o carimbo da serventia e do sinal público do responsável pelo ato (Itens 43 e 52). **PRAZO: 15 DIAS**
- 08.** Regularizar as pendências de selos de segurança não declarados conforme relatório situacional da SEPLAN constante no id 4225681 (Item 47). **PRAZO: 15 DIAS**
- 09.** Apresentar Certidão comprobatória da regularidade fiscal perante o Município pelo CPF do Delegatário e CNPJ da serventia (Item 55). **PRAZO: 15 DIAS**
- 10.** Apresentar o Certificado de regularidade do FGTS – CRF pelo CPF do Delegatário e CNPJ da serventia (Item 59). **PRAZO: 15 DIAS**
- 11.** Apresentar Certidão comprobatória da regularidade fiscal perante a Fazenda Federal pelo CPF do Delegatário e CNPJ da serventia (Item 60) **PRAZO: 15 DIAS**
- 12.** Comprovar a implantação de políticas, procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo no âmbito da serventia. **PRAZO: 30 DIAS**
- 13.** Providenciar a instalação de proxy para adequação ao Provimento CNJ 74/CNJ (Item 70) **PRAZO: 30 DIAS**
- 14.** Incrementar para no mínimo 02(dois), o quadro de prestadores de serviços treinados para operação dos sistemas e das cópias de segurança, em atendimento ao Provimento CNJ 74/CNJ (Item 70) **PRAZO: 30 DIAS**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

15. Providenciar a efetiva adequação à Lei Geral de Proteção, apresentando evidências concretas de adoção das medidas fixadas, atualmente, objeto de regulamentação no Título VI do Provimento CNJ 149/2023 (Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial (CNN/ CN/CNJ-Extra). A serventia não está desobrigada de realização do efetivo mapeamento das atividades de tratamento de dados pessoais (coleta, processamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais, por atribuição), rotinas e treinamento dos colaboradores, disponibilização das políticas desenvolvidas, bem como do formulário para preenchimento pelos titulares dos dados que desejarem realizar solicitações baseadas na LGPD (Itens 71 a 75). **PRAZO: 30 DIAS**

**- RELATÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS**

01. Efetivar o arquivamento digital dos documentos que devem ser mantidos por prazo indeterminado, observando a tabela de temporalidade do CNJ (Provimento 502015 e art. 92, §único do Provimento 149/2023) para manutenção dos documentos no formato físico (Item 1). **PRAZO: IMEDIATO**
02. Adequar a escrituração física para observar o limite máximo de folhas (300 folhas) (Item 2). **PRAZO: IMEDIATO**
03. Observar a proibição de uso de grampos, parafusos ou qualquer outro meio de perfuração dos registros, conforme estabelece o art. 87, §2º do CNSNR/PA, devendo adequar todos os livros encerrados que se encontrem nessa condição (Item 2). **PRAZO: 30 DIAS**
04. Encaminhar ao Juízo competente, pelo sistema PJE - classe 123 – averiguação de paternidade/assunto 5804 – investigação de paternidade, as certidões de nascimento onde foi estabelecida apenas a maternidade, nos termos do art. 2º da Lei Federal n. 8.560/92 (Item 12). **PRAZO: IMEDIATO**
05. Afixar, nas dependências da serventia, em local de grande visibilidade que permita fácil leitura e acesso ao público, informações claras sobre a gratuidade para a lavratura dos assentos de nascimento e de óbito bem como pela emissão das respectivas primeiras certidões (Item 15). **PRAZO: IMEDIATO**
06. Regularizar todas as pendências na CRC quanto às digitalizações, alimentação, pedidos de certidões e encaminhamento das comunicações dos registros e averbações feitos na serventia, podendo apresentar plano de ação apenas para o tratamento das digitalizações do acervo antigo (Itens 22 e 23). **PRAZO: 30 DIAS.**
07. Regularizar todas as pendências existentes no SIRC (Item 23). **PRAZO: 15 DIAS.**

**- RELATÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIS DA PESSOA JURÍDICA (RTD/RCPJ)**

01. Adequar o Livro A para que conste coluna indicativa da qualidade do lançamento a ser feito (Item 1). **PRAZO: 30 DIAS**
02. Adequar escrituração do Livro A para que seja observado o art. 146 da Lei. 6.015/73, constando a indicação da espécie do lançamento a ser feito (Item 2). **PRAZO: IMEDIATO**
03. Abrir o Livro B – para matrícula das oficinas impressoras, jornais, periódicos, empresas de radiofusão e agências de notícias (item 10). **PRAZO: IMEDIATO**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**04.** Providenciar e escriturar os livros D, E, F e G (Item 13). **PRAZO: 30 DIAS**

**- RELATÓRIO DE TABELIONATO DE NOTAS**

- 01.** Digitalizar e relacionar todos os documentos com as respectivas escrituras e demais atos lavrados (Item 2). **PRAZO: IMEDIATO (para novos atos) e 60 (SESSENTA) DIAS para o acervo antigo.**
- 02.** Observar a proibição do uso de grampos, parafusos ou qualquer outro meio de perfuração e encadernação dos livros de folhas soltas, conforme estabelece o art. 87, §2º do CNSNR/PA. (Item 08). **PRAZO: IMEDIATO**
- 03.** Instituir e utilizar a matrícula notarial eletrônica (Item 10). **PRAZO: 30 DIAS**
- 04.** Consultar a base de dados do Cadastro Único de Beneficiários Finais do SISCOAF, para fins de identificação do beneficiário final da operação (Item 16). **PRAZO: IMEDIATO**

**- DOCUMENTOS EM ANEXO:**

Anexo I – Designação do Delegatário

Anexo II – Atos de designação dos escreventes e substitutos

Anexo III – CNPJ, Certidões negativas e Alvará de funcionamento

Anexo IV – Relação de Funcionários e fichas de registro de emprego

Anexo V – Consultas aos sistemas CRC e SIRC (prints extraídos e relatórios de pendências) e demais relatórios do Registro Civil

Anexo VI – Comprovante acesso ao CNIB

Anexo VII – Prints de tela Centrais CENPROT e RTPJ

Anexo VIII – Documentos relativos à LGPD apresentados

Anexo IX - Fotos da Serventia

Belém, data da assinatura eletrônica.

**LUCIO BARRETO**  
**GUERREIRO:8176**

Assinado de forma digital por  
LUCIO BARRETO GUERREIRO:8176  
Dados: 2024.07.16 11:22:35  
-03'00'

**LÚCIO BARRETO GUERREIRO**  
*Juiz Corregedor da CGJ*

**MONIQUE SOARES**  
**LEITE:84396580282**

Assinado de forma digital por  
MONIQUE SOARES  
LEITE:84396580282  
Dados: 2024.07.23 14:21:43 -03'00'

**MONIQUE SOARES LEITE**  
*Analista Judiciário da CGJ*